

CARTOGRAFIA SOCIAL NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PI:

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA RETOMADA DA
TERRITORIALIDADE

MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, VILA REAL, PORTUGAL.

Doutora em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Diretora-executiva do Instituto Olho D'Água. Coordenadora de acervos e sustentabilidade do Grupo Documento. Pesquisadora do Instituto Terra e Memória. E-mail: marianhelen@gmail.com.

JORLAN DA SILVA OLIVEIRA, INSTITUTO OLHO D'ÁGUA, CORONEL JOSÉ DIAS, PIAUÍ, BRASIL.

Licenciado em História. Diretor-presidente do Instituto Olho D'Água. Coordenador de acervos e sustentabilidade do Grupo Documento. E-mail: jorlanso@yahoo.com.br.

MARÍLIA DA SILVA GOMES, INSTITUTO OLHO D'ÁGUA, CORONEL JOSÉ DIAS, PIAUÍ, BRASIL.

Licenciada em Letras, especialista em psicopedagogia e secretária-executiva do Instituto Olho D'Água. Professora da Rede Municipal de Educação de Coronel José Dias – PI. E-mail: mariliacel@hotmail.com

JULIANA MERCURI, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Bacharel em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Colaboradora do Instituto Olho D'Água. Consultora externa do Grupo Documento. E-mail: julianamercuri@gmail.com.

PEDRO DINIZ COELHO DE SOUZA, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Mestre em International Public Policy pela University College London. Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Colaborador do Instituto Olho D'Água. Consultor do Grupo Documento. E-mail: pedrodinizcoelho@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p56-77>

Rev. CPC, São Paulo, n.24, p.56-77, ago./dez. 2017.

CARTOGRAFIA SOCIAL NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA (PI): MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA RETOMADA DA TERRITORIALIDADE

MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES, JORLAN DA SILVA OLIVEIRA, MARÍLIA DA SILVA GOMES, JULIANA MERCURI, PEDRO DINIZ COELHO DE SOUZA

RESUMO

Neste artigo o foco recai sobre a apresentação de uma experiência de mapeamento participativo que tem oferecido elementos para uma cartografia social de parte do território da Serra da Capivara no Piauí. Esse mapeamento visa a promover uma reinterpretação da territorialidade local dos lugares de vivência cotidiana da comunidade que habita a zona de tal Parque Nacional. Este estudo se apoiará nas narrativas dos moradores e memórias da comunidade sobre a história desses lugares. Para tanto, teceu-se uma abordagem conceitual sobre mapeamento participativo e cartografia social desde os primeiros estudos realizados com comunidades. Em seguida apresentou-se as considerações preliminares do andamento do estudo de caso que teve como metodologia expedições ao território tradicional com membros da comunidade para registrar sua cultura material e simbólica.

PALAVRAS-CHAVE

Cartografia afetiva. Território. Comunidades. Memória.

SOCIAL CARTOGRAPHY IN SERRA DA CAPIVARA NATIONAL PARK (PIAUÍ, BRAZIL): PARTICIPATORY MAPPING FOR TERRITORIALITY RETRIEVAL

MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES, JORLAN DA SILVA OLIVEIRA, MARÍLIA DA SILVA GOMES, JULIANA MERCURI, PEDRO DINIZ COELHO DE SOUZA

ABSTRACT

This article aimed to present a participative mapping experience that provides elements for the development of social cartography in parts of Serra da Capivara, Piauí, Brazil. This social mapping's purpose is to raise reinterpretations about the territory that surrounds places of daily living in Serra da Capivara National Park. In this study we evoke community's narratives and memories about the history of these places. To achieve this objective, we used a conceptual approach on participatory mapping and social cartography since the first studies conducted with this community. Thereafter we introduced preliminary considerations about the case study's progress, which adopted as methodology traditional territory expeditions with community members to record their material and symbolic cultural elements.

KEYWORDS

Affective cartography. Territory. Communities. Memory.

1 INTRODUÇÃO

O advento da criação do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) em 1979, no estado do Piauí – entorno dos municípios de Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, João Costa e Brejo do Piauí –, como Unidade de Conservação de Proteção Integral, causou abrupta transformação na relação dos habitantes com o território. O modelo de ordenamento territorial representado pela instalação do parque foi importante para a proteção do patrimônio arqueológico na região, que abriga o maior número de sítios arqueológicos das Américas e é chave para a discussão da origem da chegada do *Homo sapiens* no continente.

Esse ordenamento indubitavelmente impôs novo paradigma à população de toda a região e resultou em remoções habitacionais, realocações e na transformação forçada de uma relação com o território existente há gerações. Essa imposição, decorrente da implementação de um modelo de unidade de conservação essencialmente preservacionista (prevista na Lei de Criação de Unidade de Conservação no Brasil), limitou a vivência continuada das comunidades que atribuíam seus próprios significados e valores simbólicos ao território da Serra da Capivara. Os abrigos rochosos com pinturas e gravuras rupestres eram igualmente cenário de guarida e de descanso, alguns, inclusive, eram considerados locais sagrados e de rituais religiosos pela população local até poucas décadas atrás.

Durante quase 40 anos de criação do parque, as pesquisas tiveram foco em estudos sobre o homem e o meio ambiente em contextos pré-históricos, ocupando expressiva relevância acadêmica no que se refere aos avanços das pesquisas arqueológicas no Brasil e na América. Nesse ínterim, poucos estudos foram voltados à memória e história dos povos tradicionais da região, deve-se destacar a dissertação de mestrado da historiadora Ana Stela de Negreiros Oliveira que retratou a vida de maniçobeiros no sudeste do Piauí de 1900 a 1960 (OLIVEIRA, 2001) e sua tese de doutorado *Povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência* (OLIVEIRA, 2007).

Todavia, entende-se que uma lacuna se abriu em termos de pesquisas contínuas no contexto sobre a (re)valorização da memória e do território tradicional das populações locais em sinergia com estudos arqueológicos.

Em 2007, a primeira autora deste artigo iniciou pesquisas com foco na memória e patrimônio cultural das comunidades tradicionais atuais – na especialização *lato sensu* em patrimônio cultural, na dissertação de mestrado em arqueologia e, recentemente, no doutorado em arqueologia.

Entre os resultados e recomendações das pesquisas de Rodrigues (2009; 2011), a comunidade fortaleceu a vontade de tratar das questões relacionadas à memória do território, à preservação e ao registro da tradição local, suscitando a preocupação de não deixar que tais anseios transcendessem um trabalho acadêmico. Diante desse cenário, nasceu em 2013, em cooperação com o Grupo Documento Cultural, na figura da pesquisadora Dr^a Erika Marion Robrahn-Gonzalez, a Associação Instituto Olho D'Água (IODA), com sede no município de Coronel José Dias – PI, orientada por um projeto científico lastreado pelo arcabouço conceitual da arqueologia colaborativa e do meio ambiente cultural (RODRIGUES, 2016).

O principal objetivo do IODA é promover, realizar e divulgar estudos relacionados às comunidades tradicionais do território do Parque Nacional Serra da Capivara e fomentar o fortalecimento e a perpetuação da cultura em todas as suas manifestações regionais, tais como conhecimentos tradicionais e modos de uso dos recursos naturais e redes, em sinergia com os estudos arqueológicos vigentes (RODRIGUES, 2014; 2016). Desde sua criação, o IODA tem desenvolvido uma série de projetos aplicados ao registro da memória do território, à defesa do Meio Ambiente Cultural,

dos acervos culturais (material e imaterial), da condição cidadã dos povos e das comunidades tradicionais que vivem na região.

Portanto, neste artigo o foco recairá sobre a apresentação preliminar do mapeamento participativo de lugares apontados pela comunidade de Coronel José Dias. Essa atividade de mapeamento resulta em uma reinterpretção da territorialidade local baseada nas referências dos lugares em que a comunidade habitou e/ou conviveu no período que antecedeu a criação da Unidade de Conservação. Dessa forma, a territorialidade, como é interpretada pela comunidade, também estará representada em uma base cartográfica e pode, ainda, contribuir à gestão territorial e patrimonial da Serra da Capivara. Impreterivelmente nos debruçamos sobre a discussão do mapeamento participativo e cartografia social em uma abordagem conceitual e prática.

1.1 Cartografias sociais: surgimento e desdobramentos

As chamadas cartografias sociais têm sido utilizadas desde 1990 para representar problemáticas políticas, sociais e culturais dos territórios, aportando diagnósticos e planos de manejo dos territórios, perspectiva e conhecimento das comunidades locais (MONTEIRO, 2010). Como observado, a prática cartográfica traz desafios metodológicos e epistemológicos para a Cartografia como campo de conhecimento. As práticas de cartografia social consideram a participação como componente da metodologia e oportunizam representações dos lugares que destacam a perspectiva das comunidades locais em seus aspectos culturais. Herlihy e Knapp (2003, apud ACSELRAD; COLI, 2008, p. 14) definem o mapeamento participativo como “aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento”.

Historicamente, cartografias sociais foram e são promovidas por agências de desenvolvimento, organizações governamentais ou não governamentais (ONG), organismos de cooperação internacional, fundações privadas, universidades e movimentos sociais, como estratégia de mobilização e também como insumo para a gestão territorial. O uso de tecnologias como o SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e o GPS (*Global Positioning Systems*) proporcionou novas aplicações e possibilidades de representação espacial, fortalecendo as cartografias sociais como

instrumento de gestão e planejamento para administradores públicos e comunidades (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 14).

A cartografia social foi incorporada por disciplinas como Planejamento Urbano, Direito, Geografia, Biblioteconomia, Serviço Social, Ecologia da Paisagem, Antropologia, Economia Agrícola, Gestão dos Recursos Naturais e Biologia da Conservação. Cada uma dessas disciplinas aportou contribuições às metodologias já existentes de acordo com seu objeto de análise.

Inicialmente a metodologia participativa foi chamada de “observação participativa” ou de “metodologia de pesquisa colaborativa”. Segundo Chapin, Zachary e Threlkeld (2005) há várias terminologias usadas para fazer referência às metodologias de cartografia social que associam SIG e mapeamento participativo. As utilizadas no Canadá e Alasca são geralmente chamadas de “estudo de uso tradicional da terra”, “estudos de uso da terra e do conhecimento tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra”, “estudos de uso tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra de aborígenes”, “mapeamento da subsistência” e “mapeamento de uso dos recursos”. Já as terminologias usadas para referir-se a essas práticas cartográficas nos chamados “países em desenvolvimento” são: “mapeamento participativo”, “mapeamento participativo de uso da terra”, “mapeamento participativo de recursos”, “mapeamento comunitário”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etn-cartografia”, “autodemarkação” e “delimitação de domínio ancestral”. As terminologias para as práticas de cartografia social nos Estados Unidos são: “mapeamento participativo”, “mapeamento participativo de uso da terra”, “mapeamento participativo de recursos”, “mapeamento comunitário”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etn-cartografia”, “autodemarkação” e “delimitação de domínio ancestral” (CHAPIN; ZACHARY; THRELKELD, 2005).

Uma das críticas à cartografia social é o fato de que a participação das comunidades estaria, na maioria das vezes, associada às etapas de mapeamento e de interpretação do território, porém apartada da confecção do mapa em si. Nesse sentido acompanhamos o esforço de algumas organizações que têm capacitado as comunidades para o uso de ferramentas digitais que produzem mapas, visando a proporcionar-lhe maior autonomia. Esse tipo de ação confere às atividades de mapeamento participativo a característica de serem também atividades de ampliação do acesso a ferramentas computacionais e também de democratização das tecnologias de informação.

As primeiras experiências de mapeamento participativo associado ao uso de um Sistema Participativo de Informações Geográficas (SPIG) começaram há mais de 30 anos, no Canadá, com o estudo *Inuit Land Use and Occupancy Project* (Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós), que entrevistou centenas de inuítes no início dos anos 1970, o que resultou em mais de 200 mapas de atividades sazonais de subsistência. A partir dessa experiência, foram desenvolvidas várias metodologias consideradas “altamente participativas” que utilizam desde mapas de esboço até ferramentas tecnológicas como o GPS. Nos anos 2000 formaram-se redes, grupos e comunidades que integraram o SIG às metodologias participativas de mapeamento e consolidaram o que Acselrad e Coli (2008, p. 17) chamam de “subcampo” da cartografia participativa.

Os resultados da aplicação de metodologias participativas associadas aos SIG para a produção cartográfica trouxeram à tona o debate sobre a motivação dos governos e organizações na realização desses mapeamentos, uma vez que desenvolvimento e uso poderiam ser tanto estratégia de gestão democrática como também uma forma de controle sobre as comunidades. Também se discutiu a efetividade desses mapas para o fortalecimento da autonomia das comunidades e salvaguarda da biodiversidade cultural. Em consequência desses questionamentos, criaram-se disputas em torno da legitimidade das narrativas e do uso desses mapas, o que contribuiu para que uma das características desse subcampo seja a problematização da cartografia convencional e destaque da narrativa comunitária para descrição de suas reivindicações no território (ACSELRAD; COLI, 2008).

No Brasil, a cartografia social começou em 1990 e foi bastante expressiva entre 2005 e 2007. Segundo Acselrad e Coli (2008), as principais experiências de cartografia social foram as de mapeamento que precederam e embasaram a instituição formal de reservas extrativistas; produções cartográficas no contexto da chamada “Guerra dos Mapas” que pretendeu dar visibilidade às populações afetadas pelo projeto Grande Carajás; e o Projeto Mamirauá que envolveu as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá para fins de manejo e preservação da biodiversidade. Atualmente, as atividades de mapeamento mantêm o perfil de serem práticas associadas ao reconhecimento de territórios e territorialidades identitários e ainda são fortes elementos para o debate de desenvolvimento

local, planos de manejo em unidades de conservação e para promover o etnozoneamento, principalmente em terras indígenas.

Ao serem aplicadas no contexto de comunidades tradicionais e indígenas no Brasil, as experiências de mapeamento complementam o quadro internacional de terminologias: “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etnoambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “cartografia social”, cada uma aporta estratégias metodológicas diferentes de acordo com o território (CORREIA, 2007, p. 17).

2 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: A DIMENSÃO RELACIONAL ENTRE A COMUNIDADE E O TERRITÓRIO

A participação da comunidade no levantamento e identificação do patrimônio material e imaterial através do reconhecimento do território foi premissa inicial para pesquisar o patrimônio cultural da comunidade do município de Coronel José Dias.

Reconhecimento e interpretação do território pela comunidade oportunizam a emergência de outra narrativa, outros conhecimentos sobre a área que, por muitas vezes, foram esquecidos, omitidos e silenciados pelo discurso científico tradicional acadêmico e/ou pelo funcionalismo administrativo estatal. As narrativas comunitárias sobre o território, a paisagem e as pinturas rupestres se sobrepõem e diversificam as interpretações e representações do território diversas vezes analisado e representado pelo discurso científico moderno. As narrativas coletadas apresentam a dimensão simbólica do território e estão relacionadas aos modos de vida, à interpretação da paisagem e à identidade local, que são elementos valiosos para o levantamento do patrimônio cultural imaterial das comunidades.

Nesse sentido o IODA organiza expedições pelo território orientadas pelo conhecimento e experiência comunitária, consistindo em uma atividade de aproximação do território fundamental para o mapeamento participativo. Essas expedições identificaram histórias e lugares significativos que foram georreferenciados para a composição de um mapa que associa posição geográfica a conhecimento comunitário. Essa prática oportuniza a

emergência de narrativas desses lugares e possibilita a construção de uma cartografia inédita na região que potencialize a produção de uma cartografia social que subsidie políticas públicas na região.

Por que o mapeamento participativo faz emergir outras narrativas? Para entender esse processo vamos nos aprofundar no conceito de território, mapeamento participativo e nos aportes da ciência da cognição.

A noção de território é amplamente utilizada por diversas áreas do conhecimento, em especial na Geografia. A definição desse conceito dependerá da perspectiva teórica com a qual o pesquisador desenvolve suas atividades. Resumidamente, pode-se dizer que, se partirmos da perspectiva teórica ligada ao materialismo histórico encontraremos definições de território como uma “porção de natureza” que uma sociedade reivindica como lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência. (GODELIER, 1990, p. 107) Uma abordagem teórica idealista define território como a apropriação simbólica de um lugar por uma sociedade.

Para Godelier (1990, p. 107),

O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria, quanto a dos recursos dos quais dependem.

A dimensão simbólica interessa ao pesquisador do patrimônio cultural porque evidencia seu aspecto relacional e simbólico, intangível, principalmente para aqueles que não possuem relação ontológica com o território, não apenas em sua dimensão material, mas também seu valor ético, espiritual, simbólico e afetivo destacando, assim, a dimensão cultural do território que precede sua dimensão política e econômica. (BONNEMAISON; CABRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2007, p. 50).

Há diversos autores que criticam a “visão utilitarista” do território ligada ao materialismo histórico e destacam suas consequências para investigação, descrição e representação. Para Bonnemaïson e Cambrèzy (1996 apud HAESBAERT, 2007, p. 50), por exemplo:

A lógica territorial cartesiana moderna, que não admite sobreposições e dá pouca ênfase aos fluxos e ao movimento é suplantada hoje pela lógica culturalista, ou se preferirmos, pós-moderna, que a geometria não permite medir e a cartografia, menos ainda, representar. [...] Nesta perspectiva o pertencimento ao território implica na representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da ideologia geográfica.

Considerando a relevância da dimensão simbólica do território como fundamental para a investigação do patrimônio cultural, o mapeamento participativo com a comunidade é uma eficaz estratégia para identificar histórias e lugares significativos para a comunidade de Coronel José Dias.

Para entender a atividade de mapeamento participativo e seu potencial para compor uma cartografia social, nos deteremos no detalhamento desse processo, destacando, principalmente, seu potencial para a emergência de outros conhecimentos e na diversificação das narrativas sobre o território.

Segundo Crawahall (2008 apud MONTEIRO, 2010), existem autores que definem mapeamento participativo como uma teoria e uma técnica. É capaz de apresentar conhecimentos e articular diferentes vozes e sistemas culturais que promovem o diálogo intercultural. Esse diálogo é de grande valor para o desenvolvimento da região e vem sendo objeto de investigação científica que não inclui a experiência da comunidade como parte da pesquisa.

O forte potencial para fomentar o diálogo intercultural deve-se à sensibilidade desse processo a outras leituras e outros significados de um território. A sensibilidade para captar diferentes sistemas simbólicos e narrativas depende da intenção daqueles que se propõem a realizar esse processo, sua vontade de contribuir para equilibrar as desigualdades discursivas e abrir espaço para outras narrativas, principalmente àquelas que são ignoradas ou simploriamente traduzidas para a linguagem científica tradicional (CRAWAHALL, 2008 apud MONTEIRO, 2010).

Nesse sentido, a construção de cartografias sociais vem sendo utilizada por comunidades e pesquisadores que almejam apresentar interpretações do território através de uma leitura da realidade significada por símbolos

culturais. O potencial transformador desse tipo de experiência envolve as perspectivas de sujeitos e grupos que desejam legitimar sua territorialidade como condição para sua existência (ACSELRAD, 2008). No caso da comunidade de Coronel José Dias, a legitimação da territorialidade é desejada desde que a comunidade foi removida da área que hoje é território do Parque Nacional. Dessa área prevaleceu o reconhecimento do território e a representação cartográfica orientados pelo discurso científico.

As ciências da cognição investigam a percepção, reconhecimento e interpretação do mundo e do espaço, e oferecem aportes para que se compreenda mais profundamente o potencial dessa atividade, principalmente no que se refere à análise da dimensão simbólica e cultural do território e à possibilidade de emergência de outras narrativas. (MONTEIRO, 2010).

Uma das perspectivas teóricas desse campo do conhecimento relaciona cognição, ato de conhecer o mundo, à experiência de vida do sujeito cognoscente. Essa mesma perspectiva define conhecimento cartográfico como as ações de analisar, interpretar e comunicar o espaço por meio de uma representação.

Dessa forma, as atividades de mapeamento participativo são orientadas pelo contexto ambiental e pela interpretação do meio por grupos humanos de acordo com a experiência. Estudos sobre mapas cognitivos permitiram o entendimento do mapeamento como “campo de relações estabelecidas através da imersão do ator-perceptor num dado contexto ambiental.” (INGOLD, 2005, p. 78). No caso do mapeamento participativo, o ator-perceptor não é um pesquisador externo carregado de nomenclaturas científicas, mas sim a própria comunidade, o que permite, como veremos, outro tipo de aproximação, e por consequência, outra representação do território.

Uma das questões que as atividades de mapeamento participativo evidenciam é que, quando se apresenta uma cartografia tradicional, um mapa pronto, as atividades cognitivas, ou seja, o entendimento e a interpretação de um território por parte de quem o produz não estão explícitas. A ausência de critérios de seleção de informação e do objetivo daquele que realiza uma representação cartográfica pode dar margem a uma interpretação de mapas produzidos a partir da concepção cartográfica convencional, fazendo-os parecer “dispositivos de informação neutros, produzidos por algum sujeito epistêmico universal, cuja função se limita a espelhar em planos

euclidianamente desenhados, a realidade de um mundo pré-determinado” (MONTEIRO, 2010). Essa pretensa “neutralidade” da informação contida em um mapa decorre do fato de que o referencial simbólico e cultural no qual se baseia a produção cartográfica convencional e o objetivo para o qual o mapa foi produzido não estejam explícitos, gerando uma representação universalizante de determinado território.

Ao não relacionar o ato de conhecer o mundo com a experiência dos sujeitos ou grupos humanos e ao não explicitar os critérios de seleção de informação e objetivos daquele que mapeia, o mapa pode reduzir-se à proposição de espacialidade não indexável, ou seja, a uma representação do espaço independente da posição do sujeito cognocente em relação ao território (INGOLD, 2005, p. 82). Mapeamento participativo e cartografias sociais são utilizados justamente para explicitar e apresentar a perspectiva dos sujeitos, grupos e sua experiência no território, o que gera assim diferente representação cartográfica.

A discussão sobre a não indexabilidade dos mapas tradicionais, bem como a discussão sobre imposições do discurso científico sobre os territórios remete aos problemas centrais da cartografia e das ciências cognitivas: “o que é mapear?”, para a cartografia, e “o que é conhecer?”, para as ciências cognitivas. Essas indagações aproximam ainda mais o ato de conhecer ao ato de mapear, já que a ideia de um mapeamento neutro, produzido por uma concepção cartográfica não indexadora, ou seja, que não indica a posição nem os objetivos daquele que o produz em relação ao território, é equivalente a um conhecimento neutro, pressuposto pela produção de teorias científicas não indexadas que universalizam realidades. Mapeamento e conhecimento, quando concebidos a partir do princípio da não indexabilidade, consistem em representações do mundo que pressupõem um observador capaz de captar o total do mundo observado. Essa “totalidade” seria alcançada pela integração vertical entre observador e objeto observado, no caso o território, ganhando cada vez mais distância da experiência direta (MONTEIRO, 2010).

No modo vertical, abraçado pela cartografia moderna, as particularidades locais alcançadas pela observação no chão são encaixadas numa concepção abstrata do espaço para formar uma representação do mundo como se estivéssemos olhando para ele ‘de cima para baixo’.

Enquanto os olhos do corpo permanecem próximos ao solo, os olhos da mente – que testemunham essa representação semelhante ao mapa – estão no alto com os pássaros (INGOLD, 2005, p. 87).

O autor completa que, para contrapor ideia de não indexabilidade dos mapas, reforça-se a hipótese de que a cognição e a experiência são ligadas intrinsecamente uma a outra. Tal perspectiva os pesquisadores chamam de cognição incorporada e, a partir dela, mapas ocidentais modernos são reconhecidos como um produto de conhecimento, oriundo de experiências historicamente datadas e culturalmente determinadas, e não como referencial espacial absoluto.

O mapeamento, por ser ação de um sujeito que se movimenta em um ambiente e que, durante esse movimento, cria representações e narra seus caminhos e trajetórias, pode ser entendido como campo de práticas, como processo aberto e contínuo. Dessa maneira, a espacialização torna-se uma narrativa que comunica uma jornada. Como consequência, essa narrativa promove a integração lateral, contrapondo-se à integração vertical descrita anteriormente (MONTEIRO, 2010).

Ingold (2005, p. 92) reforça:

O conhecimento do ambiente pelas pessoas sofre formação contínua durante o movimento delas nesse mesmo ambiente [...] O processo se compõe do engajamento do ator-perceptor móvel com o seu ambiente [...] Conhecemos *enquanto* caminhamos, e não antes de caminhar [...] O viajante ou narrador que conhece enquanto caminha não está nem elaborando um mapa nem utilizando um. Simplesmente ele está mapeando. E as formas e os padrões que aparecem desse processo de mapear, seja na imaginação ou materializados como objetos, são apenas ‘pontes’ ao longo do caminho, não iniciando ou terminando, e sim pontuando o processo.

Para esses autores, a integração vertical distingue atividades do corpo e dos sentidos que captam informações da experiência *in loco* das atividades da mente. Já a integração lateral cria narrativas, caminhos e jornadas nas quais a percepção do ambiente não provém da captação da totalidade, mas acontece em trânsito, na passagem de um lugar para outro. Supera a

dicotomia entre corpo e mente, já que é realizada pelo organismo como um todo, que sente e percebe, analisa e interpreta, comunica por meio de uma narrativa. Essa movimentação conecta lugares já localizados e conhecidos a áreas que têm significados subjetivos, internos (INGOLD, 2005, p. 87).

Portanto, mapeamento participativo é uma prática de alto potencial para a investigação do patrimônio cultural, e é por meio da integração lateral com o território que se explora os significados culturais oriundos da experiência comunitária.

3 MÉTODO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base no que foi discutido, apresenta-se aqui uma síntese do projeto de mapeamento participativo do território tradicional da Serra da Capivara, que teve início em 2014 e foi motivado pelos membros do IODA (os integrantes são filhos e netos dos antigos moradores que viviam na área delimitada para a criação do Parque Nacional Serra da Capivara).

Em termos metodológicos, não existe modelo padrão de mapeamento, cada contexto é único e suas especificidades devem ser analisadas localmente. No entanto foram adotados procedimentos gerais para orientar as atividades de mapeamento, que consistem em: planejamento colaborativo, expedições ao território, tratamento e interpretações do acervo de conhecimento registrado.

A primeira etapa do projeto consistiu em reuniões de planejamento com membros da comunidade de Coronel José Dias para apresentar a proposta e definir os primeiros lugares que a comunidade gostaria de mapear, assim como registrar narrativas a eles associados. Com isso definido, o projeto foi intitulado como expedições “de volta às origens”.

Nesse momento, foram apontadas pela comunidade, na base do Google Earth¹, onze² regiões para realização da expedição. Nesse artigo serão apresentados os procedimentos e resultados preliminares de dois deles, a saber: Olho D’Água da Ritinha e Desfiladeiro da Capivara.

1. A escolha dessa ferramenta se mostrou de fácil entendimento aos olhos da comunidade e pôde ser utilizada de maneira gratuita. Por esse motivo foi adotada para o trabalho em epígrafe.

2. No que se refere ao mapeamento das demais regiões, quatro já foram realizados, mas seus dados estão em processo de análise; os outros cinco não foram iniciados, pois um trabalho como esse exige da equipe e da comunidade disponibilidade, acesso aos locais, concessão de autorizações dos órgãos competentes à gestão do Parque, entre outros imperativos, portanto se torna moroso.

Por motivo de organização, nomeamos cada lugar como Complexo Histórico-cultural (CHC) por ordem numérica, a fim de posteriormente organizarmos esses locais em um roteiro turístico.

Para registro do mapeamento participativo, foi utilizado equipamento de posicionamento global (GPS), além de registro fotográfico e audiovisual. Em laboratório, o acervo de conhecimento está sendo sistematizado com base na metodologia da cartografia social do território (ALMEIDA, 1994; ACSELRAD, COLLI, 2008; SANTOS, 2012; VARELLA, DUARTE, MARTINS, 2013).

3.1 De volta às origens: desfiladeiro da capivara – 1º CHC

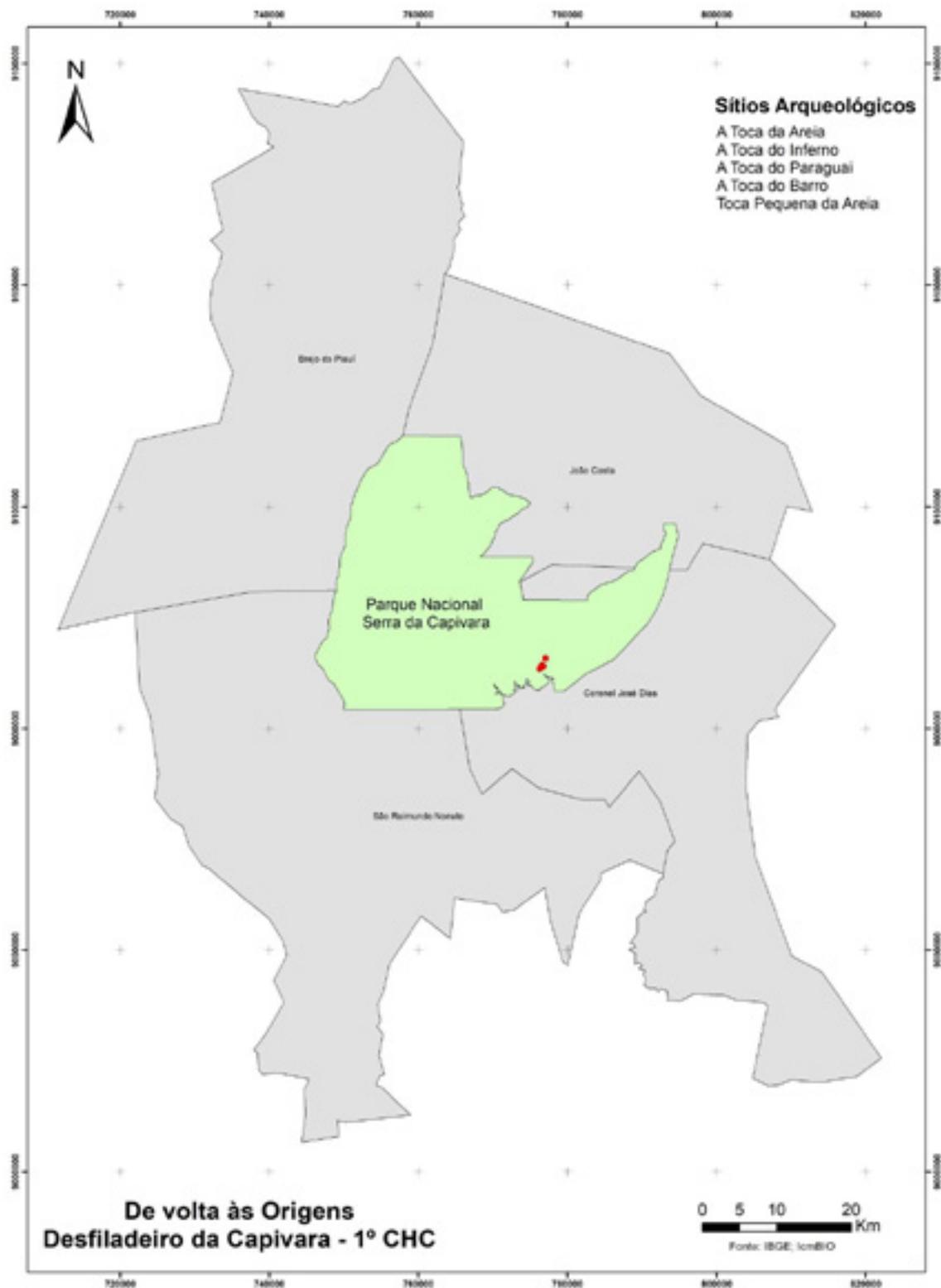
A primeira expedição com um grupo de dez pessoas, incluindo três antigos moradores da área do Parque acompanhados de filhos e membros do IODA, foi realizada no Desfiladeiro da Serra da Capivara, atual roteiro turístico do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) que representa um lugar de muitas memórias de tempos vividos – lugares de descanso, de rituais, de lazer, de trabalho, de misticismo, de caçadas, de coleta de frutas e mel, local de passagem (traslado).

Nesse primeiro mapeamento foram registrados cinco lugares cujas narrativas remotam a lugares carregados de simbolismos e histórias. Deve-se destacar que tais lugares são hoje sítios arqueológicos dentro da Unidade de Conservação, catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) cuja arte rupestre é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio mundial (Figura 1).

É mister destacar que as narrativas dos moradores não anulam o entendimento sobre a relevância cultural dos sítios arqueológicos, mas o destaque foi dado à interpretação que essas pessoas conferem aos lugares antes da patrimonialização. Vide a síntese adiante:

- Toca da Areia: local de lazer e descanso.
- Toca do Inferno: no imaginário popular essa toca é assobrada e ali vive um espírito que aterroriza todos os passageiros.
- Toca do Paraguai: local de enterramento.
- Toca do Barro: local utilizado pelo maniçobeiros para retirada do barro para a prática da extração de látex da maniçoba.
- Toca Pequena da Areia: considerada a casa dos viajantes.

FIGURA 1
Mapa com pontos da expedição ao Complexo Histórico Desfiladeiro da Capivara. Fonte: Lucas Braga, 2017 (adaptado).



3.2 De volta às origens: Olho D'Água da Ritinha – 2º CHC

A equipe percorreu 20 km, adentrando nos vales do Parque Nacional Serra da Capivara. Nessa etapa, foram mapeados 19 lugares (Figura 1), todos georreferenciados. Foram colhidos depoimentos, registradas ruínas de casas dos antigos descendentes dos anciãos, lugares e objetos de representação do cotidiano sertanejo. O resultado dessa expedição consistiu em um acervo de oito horas de gravações com depoimentos sobre os lugares mapeados e 12 vídeos documentários sobre os lugares registrados. No percurso foram registrados e inventariados vários vestígios materiais (históricos) próximos às ruínas. (RODRIGUES, 2016).

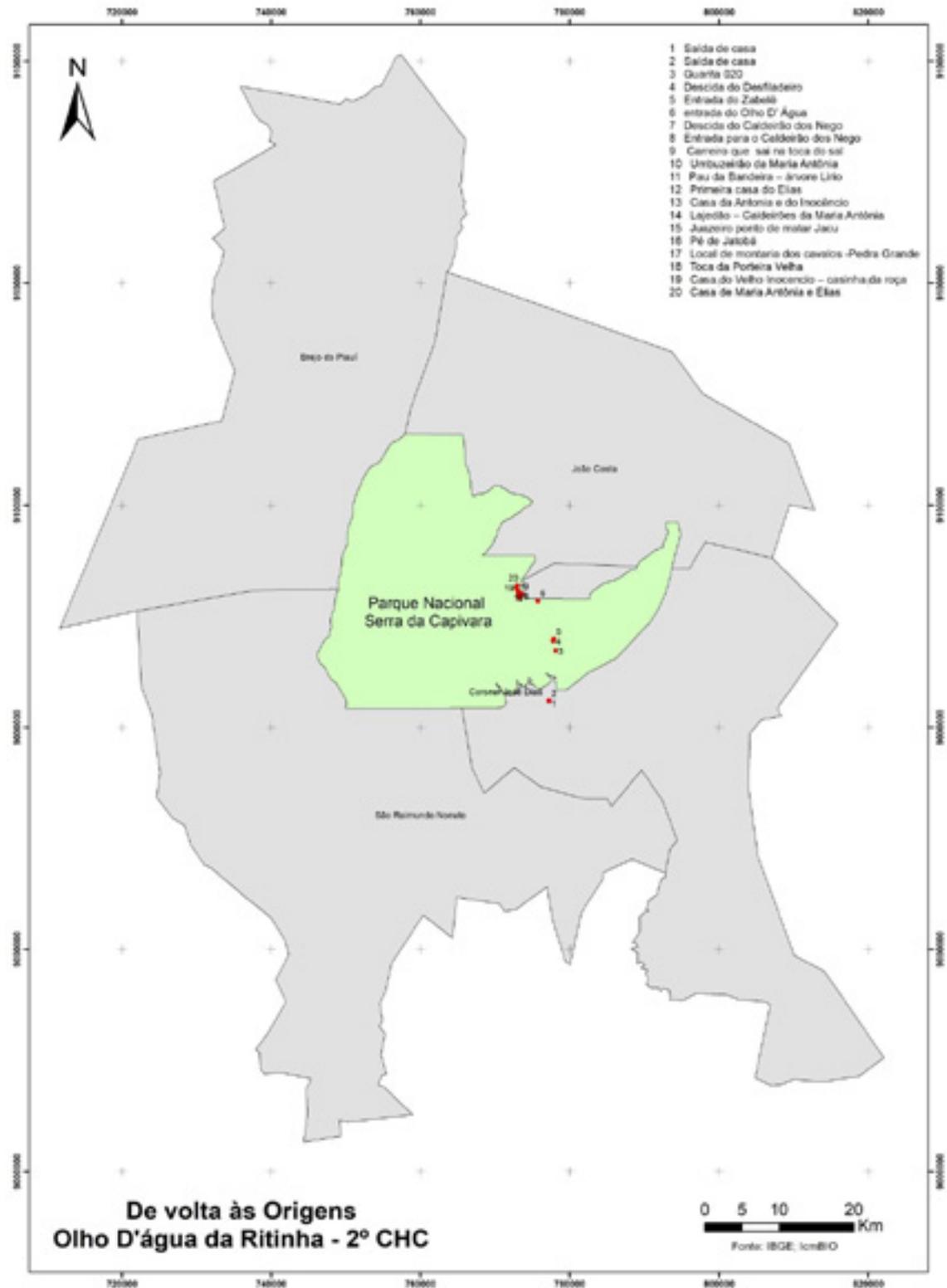
Com base nos dados preliminares do mapeamento considera-se imprescindível que a relação entre modo de vida e territorialidade (ancestral e atual) seja contada e documentada antes que desapareça, pois a história desses lugares permanece viva na memória de poucas pessoas da comunidade. Desde 2014 já foi realizado o mapeamento em cinco complexos histórico-culturais determinados pela comunidade, uma vez que 80% dos lugares selecionados estão associados a sítios arqueológicos, e senão a remanescente de habitações históricas próximas aos sítios, o que nos faz fortalecer a relevância em unir a ciência arqueológica com a ciência da comunidade.

Destaca-se que no mapeamento surgem, também, menções à caça, à coleta, à agricultura, às estradas, às trilhas, às plantações, aos conflitos, às vulnerabilidades e relações sociais. Nesse sentido, pretende-se organizar um conjunto de mapas com essas indicações por grupos específicos e um grande mapa contendo todas, que representará o novo mapeamento territorial da comunidade da Serra da Capivara.

Com esse acervo de conhecimento está sendo construído um *database* (coleção organizada de dados), e com o suporte do GIS (Global Information System), a base cartográfica, em formato *on-line* e interativa – preenchida com as informações apresentadas pela comunidade a respeito dos lugares mapeados, com a possibilidade de o usuário navegar e visualizar fotos dos pontos, vídeos e textos. O mapa está em formato *intranet* até a sua finalização e aprovação pela comunidade. As ferramentas digitais, além de manter preservado em nuvem todo o acervo documentado à posterioridade, possibilitam o acesso em tempo real tanto à comunidade local quanto à comunidade global.

FIGURA 2

Mapa com pontos da expedição ao Complexo Histórico-cultural Olho D'Água da Ritinha. Fonte: Lucas Braga, 2017 (adaptado).



Com esses resultados, ainda preliminares, já é possível:

- Reconstruir o território a partir da história e memória tradicional dos povos vivos da Capivara.
- Estimular a integração, cada vez mais efetiva, dos conhecimentos arqueológicos com tradições e saberes da comunidade de maneira sinérgica.
- Compartilhamento e democratização de conhecimentos coletivos da comunidade de Coronel José Dias.
- Empoderar a comunidade na reafirmação da sua identidade cultural – individual e coletiva.

Para Bastidas e Gonzalez (2009, p. 10) a reconstrução do território, da história e da cultura aumenta a participação dos membros da comunidade nas iniciativas locais, pois passam a compartilhar uma base de conhecimentos contruída coletivamente em sinergia com outras histórias e eventos do passado, conferindo poder para expressar e defender seus direitos culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pode-se perceber que a iniciativa das expedições de território empreendidas pela ONG Instituto Olho D'Água consiste em alternativa sólida para a inclusão da narrativa da comunidade de Coronel José Dias no entendimento sobre o território. Esse projeto busca retomar a antiga concepção e, por meio da relação entre cartografia social e mapeamento participativo, possibilita uma nova prerrogativa, em que as pessoas passam a ser protagonistas da definição da relação entre território e patrimônio cultural da região.

Pode-se inferir que a atividade de mapeamento realizada vem promovendo a integração lateral da comunidade com seu território, coletando narrativas capazes de compartilhar sua dimensão simbólica, e se consiste em importante processo para a investigação do patrimônio cultural em Coronel José Dias e região. A partir das narrativas coletadas pelo processo de mapeamento, será possível consolidar uma cartografia social da área que expresse valores e oportunidades para o território. É possível também aprofundar o trabalho realizado, explorando ainda mais a dimensão simbólica desse território, como também outras dimensões relevantes para sua gestão.

Entende-se que a experiência realizada durante a expedição de território deve ser incorporada ao plano de governança do PNSC, inclusive ao novo Plano de Manejo, que se desenha como estratégia de ressignificação de narrativas da comunidade na definição dos significados territoriais da região e na criação de circuitos turísticos que integrem a riqueza dos modos de vida daquela população. Com as narrativas científicas dos circuitos arqueológicos já existentes no PNSC, une-se ciência arqueológica com a ciência da comunidade. Inclusive, essa experiência poderá ser replicada em todas as comunidades do entorno do Parque, integrando finalmente a população que foi destituída daquele território ao mapa turístico cultural da região e à definição política a respeito do entendimento sobre tal território.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à comunidade de Coronel José Dias (PI) pela participação ativa no projeto, e o apoio científico e institucional da professora doutora livre-docente Erika Marion Robrahn González e todos os membros do Grupo Documento.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luiz Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 13-44.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Falangola: Belém, 1994.
- BASTIDAS, Elena P; GONZALEZ, Carlos A. Social cartography as a tool for conflict analysis and resolution: the experience of the afro-colombian communities of Robles. *Peace and Conflict Studies*, Davie, v. 15, n. 2, p. 1-14, 2009.
- CHAPIN, Mac; ZACHARY, Lamb; THRELKELD, Bill. Mapping indigenous lands. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 34, p. 619-638, 2005.
- CORREIA, Cloude de Souza. *Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- GODELIER, Maurice. *Lo ideal y lo material: pensamiento, economías, sociedades*. Madrid: Taurus, 1990.
- HAESBAERT, Rogerio. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

INGOLD, Tim. *Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 76-110, 2005.

MONTEIRO, Rosa Cristina. Mapeamentos participativos: ensaio crítico na perspectiva da percepção/cognição do ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010. 16 p.

OLIVEIRA, Ana Stela Negreiros. Os maníobeiros do sudeste do Piauí. *Fundamentos*, São Raimundo Nonato, v. 1, n. 2, p. 65-84, 2002.

_____. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. 2007, 201 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Acervos patrimoniais: pesquisa e extroversão social dos conhecimentos nos programas de gestão do patrimônio arqueológico e histórico cultural no Brasil. In: CAMPOS, J. B.; ZOCHÉ, J. J.; CEREZER, J. F.; OSTERBEEK, L. M. (Org.). *Arqueologia Ibero-Americana e Transatlântica: arqueologia, sociedade e território*. Erechim, RS: HabilisPress, 2014.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. *A temática do patrimônio cultural no projeto político-pedagógico: caso da unidade escolar Elzair Rodrigues de Oliveira*. 2009. 50 p. Monografia (Especialização em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Parque Nacional Serra da Capivara: educação, preservação e fruição social – um estudo de caso em Coronel José Dias – Piauí*. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2011.

_____. *A arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso*. 2016. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016.

SANTOS, Renato Emerson. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. *Anais...* Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, 2012. 16 p.

VARELLA, Marcelo Cunha; DUARTE, Letícia Ayumi; MARTINS, Pedro. Uma discussão espacial a partir das cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 13-29, 2013.

BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/uB5cvE>>. Acesso em: 19 dez. 2017

ARNS, José Fernando. *Gestão territorial participativa: um modelo de gestão territorial integrando um sistema de atores em processos de desenvolvimento comunitário*. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade Federal do Paraná, Florianópolis, 2003.

Recebido em: 17/11/2017

Aprovado em: 18/12/2017